

Impasse na negociação de novos créditos com o Clube de Paris

Dr. Ext.

por Celso Pinto
de Washington

O Brasil espera resolver o impasse na negociação de novos créditos oficiais, no Clube de Paris, como parte de um acordo global com os credores. Se isso não for possível, contudo, não está afastada a hipótese de montar acordos específicos com alguns países.

São dois obstáculos ao acordo no Clube de Paris. O primeiro é alterar o ritual: nenhum acordo foi feito, até agora, com países devedores, sem que tenha havido um acordo prévio com o FMI. O segundo é que o Brasil pague integralmente (e não parcialmente, como vem fazendo) os juros atrasados.

O Brasil vem insistindo à exaustão em que não admite acordo com o FMI, até porque acha que se submeter ao ritual pode não garantir o acesso ao cofre dos países ricos.

"RECURSOS ZERO"

"Há países que fizeram acordo com o Clube de Paris, com o Fundo, etc., e receberam zero de recursos das agências oficiais", pondera o ministro da Fazenda, Dilson Funaro. "Então, por que fazer um acordo?", indaga.

A tese brasileira vem

sendo absorvida muito lentamente pelos credores, mas há pelo menos dois sinais encorajadores no caso dos créditos oficiais. O Japão, de forma não oficial e discretamente, enviou sinais de que talvez pudesse abrir uma linha de crédito oficial, de seu Eximbank, ao Brasil, mesmo sem acordo prévio com o FMI. Esta linha, segundo estas mesmas indicações preliminares, poderia chegar a US\$ 300 milhões.

Da mesma forma, técnicos do governo brasileiro saíram animados de conversas recentes com os franceses. Ainda que de forma vaga, sinais foram emitidos no sentido de se restabelecer fluxos de crédito para estimular fluxos de comércio.

CASO A CASO

Se a única (e, portanto, indesejada) alternativa for a discussão caso a caso, certamente o Brasil aceitará regularizar o pagamento dos juros atrasados aos países que aceitarem restabelecer linhas de crédito oficial ao País. "Isso certamente acontecerá", disse uma fonte qualificada do governo a este jornal.

Parece uma simples troca contábil: o Brasil paga o que deve em juros atrasa-

dos num guichê e o recebe de volta no mesmo guichê sob a forma de linhas comerciais. A grande diferença, contudo, é que na segunda operação ganha a indústria local, vendendo produtos ao Brasil, ganha o Brasil, aumentando importações e reduzindo suas necessidades financeiras, e ganha, portanto, em certa medida, a economia internacional.

Este é o centro da tese brasileira que Funaro vem repetindo com vigor aos credores. Há indicações de que a idéia, pouco a pouco, começa a ser processada de forma positiva, pelo menos por alguns países industriais.

30 SET 1986

GAZETA MERCANTIL